

LINHARES GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 10.472.905/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022. Senhores Acionistas, A Linhares Geração S/A ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

Agradecimentos: Reconhecemos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo de todos com quem nos relacionamos. Queremos expressar nossos agradecimentos, aos nossos acionistas, aos nossos clientes e fornecedores, e aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, as agências Reguladoras e aos demais Agentes do Setor.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	154.738	92.283
Clientes	6	73.328	129.629
Serviços em Curso	9	1.237	953
Tributos a Recuperar	7	11.586	10.161
Estoques	8	19.483	23.514
Despesas Antecipadas		3.719	1.534
Instrumento Financeiro Derivativo	10	148.300	-
Outros Créditos		2.289	4.072
		414.680	262.146
Não circulante			
Tributos a Recuperar	7	133	-
Despesas Antecipadas		320	582
Instrumento Financeiro Derivativo	10	246.204	99.384
Imobilizado	11	472.479	399.566
Intangível	12	18.571	9.789
		737.707	509.321
		1.152.387	771.467
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	50.342	60.995
Empréstimos	15	6.638	154.410
Debêntures	14	44.619	38.727
Tributos a Recolher		1.690	12.256
Obrigações Setoriais		3.411	2.201
Contingências	24	5.263	-
Partes Relacionadas	17	-	10.000
Outros Passivos		8.360	6.514
		120.323	285.103
Não circulante			
Empréstimos	15	30.028	33.794
Debêntures	14	295.823	75.973
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	201.041	85.464
Obrigações Vinculadas à Concessão		1.763	1.863
Contingências	24	6.860	6.474
Outros Passivos		283	-
		535.798	203.568
Patrimônio líquido	18		
Capital social		70.558	70.558
Reservas de Lucro		102.748	88.566
Reserva de Capital		10.600	10.600
Outros Resultados Abrangentes		272.598	65.593
Dividendos Adicionais Propostos		39.762	47.479
		496.266	282.796
		1.152.387	771.467

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)									
Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Outros Resultados Abrangentes	Total
			Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais					
	110.558	10.600	14.978	50.276	31.561	-	-	-	217.973
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	(31.561)	-	-	-	(31.561)
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	(24.144)	-	-	(24.144)
Redução de Capital	(40.000)	-	-	-	-	-	-	-	(40.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	118.809	-	65.593	118.809
Destinação do Lucro									
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	23.312	-	(23.312)	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(23.874)	-	-	(23.874)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	47.479	(47.479)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	70.558	10.600	14.978	73.588	47.479	-	-	65.593	282.796
Pagamento de Dividendos Adicionais	-	-	-	-	(47.479)	-	-	-	(47.479)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	-	-	-	-	(13.363)	-	-	(13.363)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	85.015	-	-	85.015
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	207.005	207.005
Destinação do Lucro									
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	14.182	-	(14.182)	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(17.708)	-	-	(17.708)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	39.762	(39.762)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	70.558	10.600	14.978	87.770	39.762	-	-	272.598	496.266

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Receita Líquida	19	493.146	646.217
Custos dos Serviços Prestados	20	(310.258)	(478.123)
Resultado bruto		182.888	168.094
Despesas Gerais e Administrativas	21	(57.943)	(6.329)
Outras Receitas		2.283	(6.207)
Resultado operacional		127.228	168.572
Receita Financeira		12.098	2.922
Despesa Financeira		(31.734)	(25.385)
Resultado Financeiro		(14.632)	(23.363)
Lucro antes do IR e CS		112.592	145.209
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	16	(16.388)	(21.482)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	16	(11.189)	(4.918)
Lucro líquido do exercício		85.015	118.809
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R\$		1,20	1,68

bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043. A Companhia goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado assim como para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado do Espírito Santo, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009 e II Termo Aditivo do Acordo. Para o Imposto de Renda a Companhia usufrui do benefício de redução de 75% da alíquota e adicionais não restituíveis conforme Laudo Constitutivo nº 0067/2011 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2023. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. 2.1. **Base de preparação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. a. **Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de "impairment". 3. **Principais políticas contábeis:** 3.1. **Caixa e equivalente de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 3.2. **Instrumentos Financeiros: Ativos Financeiros:** (i) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. (iii) **Mensurados ao custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (iv) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou nenhuma perda (impairment) a ser reconhecido no resultado do exercício. **Passivos Financeiros:** (v) **Classificação e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e em Hedge para assegurar o valor do gás natural (insumo da operação) atualizados pelo índice JKM (Japan, Korea e Marker). Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são registradas no resultado e registradas por meio dos resultados abrangentes. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. A Companhia utiliza Swaps de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em compromissos firmes, bem como contratos futuros de JKM para sua exposição à volatilidade nos preços de compra de Gás Natural. Diante do compromisso firme da compra de Gás Natural, a Companhia entende e considera o risco agregado de fluxo de caixa na cobertura do passivo em JKM e o SWAP de USD para R\$ como sendo sua exposição final em moeda local R\$, sendo que, para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são designados exclusivamente considerando os elementos a termo como, sendo os efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes. Desta forma, a Companhia considerou uma estratégia de designação combinada de "hedge accounting" considerando ambos os instrumentos derivativos (contratados a cobertura dos riscos agregados), fazendo, portanto, a designação do Cash Flow Hedge em cima do Fair Value Hedge (designações em camadas). A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo as questões qualitativas). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; O efeito de hedge de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. O montante registrado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado nos períodos durante os quais o hedge for liquidado. 3.3. **Clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária. 3.4. **Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. 3.5. **Imobilizado:** Compreende o custo de construção da usina termelétrica o terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta. O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente, 10 anos para moveis e utensílios e 5 anos para demais bens. O contrato de arrendamento tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação. 3.6. **Intangível:** Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Companhia pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (serviços), conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano. 3.7. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de impairment. 3.8. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar

por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. 3.9. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 3.10. **Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. 3.11. **Empréstimos:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. 3.12. **Debêntures:** As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representam seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). 3.13. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que ocorram, portanto, sofrer alterações. 3.14. **Arrendamentos:** O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. 3.15. **Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. 3.16. **Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. 3.17. **Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) e do PCS (Procedimento Competitivo Simplificado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano. 3.18. **Novas Normas e interpretações não efetivas:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a. **Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3 / CPC 15	A qualificação do reconhecimento dos ativos e passivos na data da aquisição devem atender as definições de ativos e passivos disposto no CPC 00 - Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro.	01/01/2022
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. b. **Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição e alteração	Vigência
IFRS 17/CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguros	-
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis	-
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. 4. **Gestão de risco financeiro:** 4.1. **Fatores de risco financeiro:** (i) **Risco de crédito:** A Companhia vendeu a energia em 2008, no 6º leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) de 01/2021, através do Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 448/2021 com o Ministério de Minas e Energia (MME) ambos os contratos em regime regulado, com cláusulas que prevê penalidades severas com multas, juros e correção monetária, bem como as implicações negativas do setor para os clientes que descumpriram as obrigações com a Companhia. (ii) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos das debêntures e empréstimos considerando os juros contratuais estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	Valor
Debêntures	2023	44.619
Debêntures	2024	39.498
Debêntures	2025	256.325
		295.823
	Vencimentos	Valor
Empréstimos	2023	6.638
Empréstimos	2024	14.014
Empréstimos	2025	16.014
		30.226

(iii) **Risco de taxas de juros:** A Companhia não está exposta a risco de que uma variação de taxa de juros gere um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Debêntures - Sujeitas à variação do IPCA. Empréstimos - Sujeitos à variação do CDI, na contrapartida efetuamos a contratação de instrumento financeiro (SWAP) para conversão da taxa para IPCA; Receitas Fixas dos contratos de comercialização no ambiente regulatório CCEAR - indexados pelo IPCA. (iv) **Valorização dos instrumentos de ativos e passivos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos de ativo e passivos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, debêntures e empréstimos. Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação: **Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **Debêntures:** As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo através do resultado e pelos outros resultados abrangentes. 4.2. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro Líquido do Exercício		85.015	

LINHARES GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 10.472.905/0001-18

	31/12/2022	31/12/2021
Montante Total de Dívida (Passivo Circulante Acrescido de passivo não circulante)	656.121	488.671
Total do Patrimônio Líquido	496.266	282.796
Índice de Alavancagem Financeira	1,32	1,73

4.3 Ativos e Passivos por categoria:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	154.738	154.738
Clientes	73.328	73.328
	228.066	228.066
Passivos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	50.342	50.342
Debêntures	340.442	340.442
Empréstimos	36.666	36.666
	427.450	427.450

	31/12/2021	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo Custo Amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	92.283	92.283
Clientes	129.629	129.629
	221.912	221.912
Passivos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	60.995	60.995
Debêntures	114.700	114.700
Empréstimos	188.204	188.204
	363.899	363.899

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizados as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **Hierarquia do valor justo:** Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5. Análise de sensibilidade: O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022		Cenário	
	Saldo	Cenário I	Atual	Cenário II
Premissas				
CDI	154.593	16.281	19.154	23.942
IPCA	340.441	16.725	19.677	24.598
IPCA	36.666	1.801	2.119	2.649

	2021		Cenário	
	Saldo	Cenário I	Atual	Cenário II
Premissas				
CDI	92.232	3.465	4.077	5.096
IPCA	114.700	9.808	11.539	14.424
IPCA	188.204	16.093	18.933	23.667

5. Caixa e Equivalente de Caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	6	2
Banco	139	49
Aplicação Financeira - Corp Plus DI*	5.406	1.958
Aplicação Financeira - CDB*	149.187	811
Aplicação Financeira - Compromissada - CDB/LCA*	-	89.463
	154.738	92.283

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor, em caso de resgate antecipado. **6. Clientes:** Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2022 e de 2021, contabilizada com base no regime de competência. A Companhia não possui perda esperada, pois todo o saldo é liquidado em até 45 dias.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecimento de Energia Gerada – Contrato CCEAR (a)	-	117.114
Disponibilidade	12.851	11.978
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	27	537
Fornecimento Energia de Reserva – contrato PCS (b)	60.450	-
	73.328	129.629

a. A Companhia não teve despachos para o contrato de CCEAR no ano de 2022 e, consequentemente, não registrados valores a receber para o fornecimento de energia elétrica para o contrato. b. Valores a receber do contrato de CER (Contrato de Energia de Reserva) e cuja operação iniciou em 20 de julho de 2022. **7. Tributos a recuperar:**

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido	2.281	937
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (i)	4.149	1.250
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (ii)	4.738	6.136
Outros	541	1.838
	11.719	10.161

(i) Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado: A Companhia manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 12 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003. (ii) Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima: A Companhia controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003. **8. Estoques:** Correspondem a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Companhia no valor de R\$ 19.483 (R\$ 23.514, em 31 de dezembro de 2021). **9. Serviços em curso:** Nos termos da Lei 14.120/2021, a LGSA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento ("P&D") do setor elétrico, dos quais 28% devem ser direcionados a projetos de P&D, segundo os regulamentos da ANEEL.

	31/12/2022	31/12/2021
Projeto de Gestão 2021-2023	118	50
Projeto Cratos	1.119	903
	1.237	953

10. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de Gás Natural, os quais estão gerenciados com instrumentos derivativos. A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia aplicável aos saldos consolidados é descrita na nota explicativa 3.2.vi da prática contábil. **10.1. Derivativos designados como instrumentos de hedge:** a. **Risco de preço de hedge e de JKM:** A Companhia possui um contrato firme de compra de Gás Natural cujo preço é denominado em JKM. A instabilidade no preço do JKM levou à decisão de firmar contratos a termo de JKM, que se iniciaram em novembro de 2021 e deverão reduzir a volatilidade atribuível às flutuações de preço do JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM está de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração. É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura que visa sempre absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa. Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM são idênticos aos componentes de risco protegidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em aberto 36 contratos de forward de JKM, com valor nominal total de R\$ 610.876 (US\$ 105.106), com vencimentos entre janeiro de 2023 a novembro de 2025, cujo efeito líquido nessa data era de um ganho de R\$ 539.527.

b. Risco de USD e Hedge das operações de Swap: As operações de SWAP de USD para R\$, remuneradas a uma taxa de juros fixa mais variação do IPCA, farão uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$ mais juros. Da mesma forma, como ocorreu na designação dos NDFs de JKM, existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge. Uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities (NDFs) correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método qualitativo, observando os termos críticos da operação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em aberto 36 contratos de forward de SWAP com valor nominal total de R\$ 610.876 (US\$ 105.106 mil), com vencimentos entre janeiro de 2023 a novembro de 2025, cujo efeito líquido na data era de uma perda de R\$ 126.499. **c. Reequilíbrio das operações de Hedge:** Considerando as designações do hedge accounting já feitas em 2021, para o risco agregado de fluxo de caixa, na cobertura do passivo em JKM e o USD para R\$. Em setembro de 2022, dada as condições do mercado de gás (JKM), a Administração decidiu vender na ponta inversa à anteriormente contratada, no montante de 6% do volume inicial. Essa redução só foi possível devido a: - **Consumo de Gás:** Após início da operação foi verificado que o consumo efetivo de gás é na ordem de 223 m3/MWh e o consumo projetado na contratação do Hedge original foi de 228 m3/MWh, ou seja, em torno de 2% menor; - **ICMS:** Conservadoramente o ICMS projetado foi de 7%, porém em sua grande maioria o gás vindo do Estado do Espírito Santo-ES possibilita uma alíquota efetiva de 5%, gerando uma redução em torno de 2% no custo; e - **Inflax C:** Na leitura inicial dos contratos foi entendido que os lotes vendidos precisariam ser entregues no Centro de Gravidade (CG), porém foi informado pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) que a inflexibilidade contratual se dava na geração bruta, necessitando assim a redução da geração, consequentemente do consumo de gás. A operação de venda na ponta inversa é constituída de 36 contratos de venda de gás realizada com o banco Itaú. **d. Operações em aberto (não liquidadas):** Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado - MTM (mark-to-market). A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado. Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela a seguir:

	Valor justo		
	Classificação do hedge	Hedge ativo	
	(a)	31/12/2022	31/12/2021
JKM	FV	539.527	85.899
Moeda estrangeira	CF	(126.499)	13.790
		413.028	99.689
Adiantamento de Hedge (NDF) (b)		(18.524)	-
		394.504	99.689
Circulante		148.300	-
Não circulante		246.204	99.689

(a) CF: Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa 1 FV: Fair Value Hedge - Hedge de valor justo (b) NDF de JKM do mês 01/2023 recebidas antecipadamente no mês 12/2022. Os ajustes referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

	Saldos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021
Hedge		
JKM	539.527	85.899
Moeda estrangeira	(126.499)	13.790
Saldo bruto	413.028	99.689
(-) Imposto diferido	(140.430)	(33.791)
Saldo final líquido de impostos	272.598	65.898

e. Movimentação dos derivativos

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021		
Variação de valor justo de Hedge		
(-) Impostos diferidos		
Saldo final líquido dos derivativos	482.821	99.384
Variação do valor justo dos derivativos	(169.177)	(33.791)
Variação de valor justo de Hedge		
Derivativos reclassificados para o resultado do exercício		
	482.821	65.593
(-) Impostos diferidos		
Movimentos líquidos dos derivativos	16.a	413.028
Saldos em 31/12/2022		
Variação de valor justo de Hedge		
(-) Impostos diferidos		
Saldo final líquido dos derivativos		272.598

Custo

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direto de uso	Em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	400	85.349	319.673	1.028	1.291	-	8.641	416.382
Adição	-	-	18.427	-	-	-	103.830	122.257
Baixa	-	-	(5.341)	-	(248)	-	-	(5.589)
Transferência	-	37	8.894	(98)	-	-	(8.833)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400	85.386	341.653	930	1.043	-	103.638	533.050
Adição	-	-	7	-	-	460	90.094	90.561
Baixa	-	(3)	(19)	(155)	-	-	(138)	(315)
Transferência	-	17.737	164.985	294	358	-	(183.374)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	400	103.120	506.626	1.069	1.401	460	10.220	623.296

Em milhares de Reais

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direto de uso	Em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	25.713	92.048	530	1.238	-	-	119.529
Adição	-	2.613	11.469	98	23	-	-	14.203
Alienação	-	-	-	-	(248)	-	-	(248)
Transferência	-	-	52	(52)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	28.326	103.569	576	1.013	-	-	133.484
Adição	-	2.422	14.688	82	71	92	-	17.355
Baixa	-	-	-	(22)	-	-	-	(22)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	30.748	118.257	636	1.084	92	-	150.817

12. Intangível: No intangível estão registradas servidões Software e licença de uso para as máquinas e equipamentos de informática que são amortizados a 20% ao ano.

	Servidão	Software	Em Curso	Outros (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.776	1.060	6.333	-	10.169
Adição	-	3	11	-	14
Transferência	-	9	(9)	-	-
Provisão de Contingência	-	-	639	-	639
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.776	1.072	6.974	-	10.822
Adição	-	-	427	8.368	8.795
Transferência	-	52	(52)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.776	1.124	7.349	8.368	19.617

Amortização Acumulada

	Servidão	Software	Em Curso	Outros (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.007	-	-	1.007
Adição	-	25	-	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.032	-	-	1.032
Adição	-	14	-	-	14
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.046	-	-	1.046

Valores líquidos

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.776	40	6.974	-	9.790
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.776	78	7.349	8.368	18.571

(a) Registrado em Outros a Prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL 1874/2022, referente a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) que será amortizado pelo tempo residual de autorização. **13. Fornecedores:**

	31/12/2022	31/12/2021
Energia	1.158	772
Oleo	-	401
Manutenção	3.220	2.439
Gás Canalizado (a)	41.746	53.138
Outros	4.218	4.245
	50.342	60.995

(a) O gás é fornecido pela empresa Petrobrás para consumo das unidades geradoras. **14. Debêntures:** Em novembro de 2012 e abril de 2022, a Companhia fez a emissão de debêntures não conversíveis em ações no montante de 252.200, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	2022		Valor nominal	Valor nominal	Saldo
	Vencimento	Quantidade	unitário	histórico	atualizado
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	20.364
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	20.289
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	19.891
4ª série	16.11.2024	629	100	62.900	19.934
5ª série	15.05.2025	250.000	1000	250.000.000	259.964
		252.200		250.220.000	340.442

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures Emitidas	7,25% + IPCA	336.581	3.861	340.442
Circulante		-	44.619	44.619
Não circulante		-	295.823	295.823
		-	340.442	340.442

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25% + IPCA	114.350	350	114.700
Circulante		-	-	38.727
Não Circulante		-	-	75.973

Vencimentos

	31/12/2022	31/1
--	------------	------

LINHARES GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 10.472.905/0001-18

2022			
Descrição	Pagamento	Valor	
AGE de 11 de março de 2021	Redução de capital	Jan/22	10.000
RCA de 18 de outubro de 2021	Dividendos Intercalares	jan/22	23.000
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos Intercalares	abr/22	12.050
RCA de 12 de julho de 2022	Dividendos Intercalares	jul/22	6.070
RCA de 12 de julho de 2022	Dividendos Propostos	jul/22	12.430
RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos Intercalares	out/22	25.000
			88.550

2021			
Descrição	Pagamento	Valor	
RCA de 08 de janeiro de 2021	Dividendos Intercalares	jan/21	27.741
RCA de 08 de janeiro de 2021	Dividendos Intercalares	abr/21	7.414
AGOE de 13 de abril de 2021	Dividendos Intercalares	abr/21	4.176
RCA de 19 de abril de 2021	Dividendos Intercalares	abr/21	16.018
RCA de 18 de outubro de 2021	Dividendos Intercalares	out/21	32.000
			87.349

Aprovado pela AGE de 11 de março de 2021 a redução de capital social da Linhares Geração S/A no valor de R\$ 110.558 para R\$ 70.558. A redução do capital social no valor de R\$ 40.000 foi liquidada ao acionista, em moeda corrente, na data de 23 de julho de 2021 (R\$ 30.000) e 24 de janeiro de 2022 (R\$ 10.000). **19. Receita líquida:**

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilização Energia de Reserva – PCS (a)	254.907	-
Comercialização de Energia (Receita Variável) (b)	172.373	626.130
Disponibilização de Energia (Receita Fixa)	103.669	94.321
Outras Receitas	18.319	632
Suprimento de Energia Elétrica	(161)	(573)
	549.107	720.510
Impostos sobre serviços	(50.306)	(67.814)
Encargos do consumidor	(5.655)	(6.479)
	(55.961)	(74.293)
	493.146	646.217

(a) Refere-se à receita gerada no contrato de Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciado na operação em 20 de julho de 2022. (b) Com a estabilidade da geração hídrica no mercado nacional no ano de 2022, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) reduziu sensivelmente os despachos (comandos) para entrada em operação Usina Termelétrica Luiz Oscar Rodrigues de Melo (UTE LORM), projeto da Linhares Geração S/A, refletindo assim na geração da receita variável. **20. Custos dos serviços prestados:**

	31/12/2022	31/12/2021
Compra de Gás (a)	(405.558)	(411.101)
Resultado não realizado com derivativos (b)	169.177	-
Serviços de Terceiros	(25.333)	(14.593)
Depreciação	(17.142)	(13.096)
Pessoal	(17.183)	(19.449)
Material	(13.090)	(18.246)
Impostos	(935)	(807)
Aluguéis	(153)	(157)
Outros	(41)	(674)
	(310.258)	(478.123)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. Aos Acionistas e Administradores da Linhares Geração S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhares Geração S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria ("PA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Hedge Accounting.** Por que foi considerado um PA. Com o intuito de proteção aos riscos de contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, a Companhia adotou programa de contabilidade de hedge de fluxo de caixa. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10, o valor justo do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 394.504 mil. Para estar apto a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia, de parcela realizada, na demonstração do resultado. Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, potencial efeito de distorções das demonstrações financeiras em caso de erro na avaliação do teste de eficácia dessas operações, esse tema foi considerado como um

(a) Em 2022, pelo efeito da redução dos despachos do Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) no atendimento ao contrato de CCEAR, o consumo de gás natural, destinado à atividade, foi reduzido consideravelmente. (b) Refere-se ao resultado com as operações de hedge para amenizar o efeito das variações das cotações do JKM (valor do gás no mercado mundial).

	31/12/2022	31/12/2021
21. Despesas gerais e administrativas		
Multas contratuais e regulatórias (a)	(50.415)	-
Pessoal	(4.394)	(3.743)
Serviços de terceiros	(2.627)	(2.210)
Aluguéis	(271)	(168)
Materiais	(167)	(167)
Depreciação	(69)	(41)
	(57.943)	(6.329)

(a) Multa contratual pela CCEE, no valor de R\$ 45.152 e multa editalícia (regulatória) pela ANEEL no valor de R\$ 5.263, em razão do descumprimento do cronograma de implantação do projeto para atendimento ao Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

	31/12/2022	31/12/2021
22. Resultado financeiro		
Despesas Financeiras		
Juros de Debêntures	(15.070)	(8.862)
Atualização Monetária de Debêntures	(6.718)	(12.423)
Atualização Monetária Empréstimo	(4.822)	(2.577)
Comissão sobre Fiança	(119)	(229)
Comissão sobre SWAP	(142)	(142)
Marcação a Mercado de Hedge	(1.734)	(27)
Outras	(3.129)	(1.125)
	(31.734)	(25.385)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação	14.617	1.910
Marcação a Mercado (MTM) Hedge	2.481	112
	17.098	2.022
	(14.636)	(23.363)

Resultado Financeiro
23. Honorários dos administradores: No exercício de 2022, o total pago referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia foi de R\$ 1.807 (R\$ 1.038, em 31 de dezembro de 2021). **24. Contingências:** A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável.	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível.	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto.
As informações respondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.	

São constituídas provisões.

Provável. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes causas com classificação de provável: **a.** Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem registrado o valor de R\$ 5.993 (R\$ 5.656, em 31 de dezembro de 2021). **b.** Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem registrado o valor de R\$ 867 (R\$ 818, em 31 de dezembro de 2021). **c.** Ação administrativa em juízo à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), despacho SFG nº 2.188/2022 (TIPE nº 6/2022), referente à multa editalícia pelo atraso na implantação da UTE LORM – Procedimento Competitivo Simplificado (PCS). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia considera a natureza da causa com a probabilidade de perda provável, registrando a provisão no valor de R\$ 5.263. A movimentação das contingências prováveis foram:

	2021	Adição	Atualização	2022
Ação Administrativa	6.474	5.263	386	12.123
	6.474	5.263	386	12.123

Possível. a. Ação ordinária, compartare a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por contestação ao cálculo do tempo de indisponibilidade da Usina que era calculado com base na média dos valores mensais apurados nos últimos 60 meses e passou a ser feito com base horária. Foi proferida decisão deferindo a liminar pleiteada para que o cálculo da indisponibilidade da Usina seja feita na forma da Resolução ANEEL nº 169/2005, substituída pela Resolução ANEEL nº 614/2014, devendo tal cálculo ser realizado considerando a média dos valores mensais apurados, relativos aos 60 meses imediatamente anteriores. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$ 67.862 (R\$ 45.100 em 2021) referente aos valores calculados até 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. **b.** Ação trabalhista, proposta em 27/10/2022, com pedido de indenização por danos morais, em razão de alegação por doença ocupacional ao Reclamante, exclusivamente pelo labor para a reclamada. O valor atribuído à causa foi de R\$ 30. **25. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Vigência	Importância segura
Seguro Diretores e Executivos - D&O	08/05/2022 a 08/05/2023	R\$ 25.000,00
Seguro Responsabilidade Civil Geral	30/06/2022 a 30/06/2023	R\$ 6.000,00
Riscos Ambientais	06/09/2022 a 06/09/2023	R\$ 20.000,00

Marcelo Pedreira de Oliveira - Diretor Presidente
Édina Maria Andrade - Contadora - CRC/RJ 082.615/O-6

mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ. Diego Waller da Silva - Contador - RC nº 1 RS 074562/O-3.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 12/04/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

342 BALANCO LINHARES GERACAO 12-04-23.pdf

Código do documento: 342



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

12 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 342

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-04-11T21:01:00-0300

12 abr. 2023, 01:35:20 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-04-11T22:35:20-0300

12 abr. 2023, 01:35:20 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-04-11T22:35:20-0300

Hash do documento original

[SHA256]:1d292f3a753e2880e8f76835b42c50dbe6abfc5eb604b4a0b69aae2e780a4120

[SHA512]:cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB